

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.437 - SE (2019/0247470-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : JUNDIAHY AGROPECUÁRIA S/A
ADVOGADOS : CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL - SE002576
MARYANNA PORTO DE CARVALHO BRAGA - SE008597
AGRAVANTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADO : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - SE000938
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

JUNDIAHY AGROPECUÁRIA S.A. (JUNDIAHY) ajuizou ação revisional contra BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (BANCO), pleiteando a revisão de cláusulas de empréstimo bancário.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, declarando a nulidade da cláusula contratual que dispõe sobre os juros remuneratórios, limitando-os à taxa média de mercado (e-STJ, fls. 499/504).

Interpostas apelações por JUNDIAHY e por BANCO, o Tribunal Sergipano negou-lhes provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 613/614):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO IRRESIGNAÇÃO - RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO PACTA SUNT SERVANDA PEDIDO DE MANUTENÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS - CONFIGURAÇÃO DA ABUSIVIDADE ALEGADA DETERMINAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO CONDIZENTE COM A OPERAÇÃO EFETIVADA CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 592.377/RS - POSSIBILIDADE DE p. 30 - - A MATÉRIA SER TRATADA POR INTERMÉDIO DE MEDIDA PROVISÓRIA - RECONHECIMENTO DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DO TEMA - NOVO POSICIONAMENTO - SÚMULAS Nº 539 E 541 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POSSIBILIDADE DA

Superior Tribunal de Justiça

COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS EM RAZÃO DA PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE PACTUAÇÃO DO REFERIDO ENCARGO MORATÓRIO - POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Inconformado, BANCO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 421 E 422 do CC/02, aduzindo, em síntese, que (1) a liberdade contratual deve ser respeitada, sendo inviável a revisão de cláusulas contratuais; e (2) a mera pactuação de juros remuneratórios acima de 12% ao ano não revela abusividade.

JUNDIAHY ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 676/692).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJSE inadmitiu o apelo nobre ante a possibilidade de revisão das cláusulas contratuais em vista da relatividade do princípio do *pacta sunt servanda*. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 760/777).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPD, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da impugnação ao fundamento da decisão agravada

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observa-se que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois

Superior Tribunal de Justiça

BANCO não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência da Súmula nº 83 do STJ quanto à possibilidade de revisão de cláusulas contratuais sem afronta ao princípio do *pacta sunt servanda*.

Como se sabe, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 83 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual (AgRg no AREsp nº 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnem especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator